

## Partidos e pré-candidatos promovem 'guerra judicial' na região

---

Carlos Carvalho

Se a campanha eleitoral só começa em 16 de agosto, a “guerra judicial” já iniciou há um bom tempo na Justiça Eleitoral. Partidos, federações e pré-candidatos trocam representações e liminares pelos mais diversos motivos. Acusações de campanha antecipada, envio de mensagens difamatórias, publicações em redes sociais e questionamentos sobre pesquisas pré-eleitorais estão no cardápio do Judiciário nos últimos quatro meses.

Em Diadema, o diretório do MDB, partido do pré-candidato a prefeito Taka Yamauchi, entrou com uma ação por propaganda antecipada contra o PT. Os emedebistas apontam que houve uma campanha antecipada com os outdoors espalhados pela cidade falando sobre o futuro Quarteirão da Educação. A liminar não foi concedida, mas o processo segue em segunda instância.

A representação do MDB ocorreu após o PT acusar Taka de fazer campanha antecipada em suas críticas as obras do mesmo Quarteirão da Educação. Neste caso também houve o resultado negativo do pedido.

O diretório do PT em Mauá entrou com uma liminar sobre uma suspeita de campanha antecipada por parte do deputado estadual e pré-candidato a prefeito, Atila Jacomussi (União Brasil). Os petistas afirmam que Atila está usando do pretexto de falar sobre ações como parlamentar para fazer uma campanha antecipada. Porém, os dois recursos do Partido dos Trabalhadores foram negados pela Justiça Eleitoral. O caso está em segunda instância.

O PT mauaense também entrou com uma ação parecida contra o vereador e pré-candidato a prefeito, Anderson Alves Simões, o Sargento Simões (PL). O partido considerou que ao criticar um suposto caso de atos sexuais praticados dentro de um ginásio municipal, Simões teria aproveitado para fazer campanha antecipada. Também houve a negativa do pedido, que também está em segunda instância.

**Rio Grande da Serra**

Em Rio Grande da Serra, os processos na Justiça Eleitoral foram sobre pesquisas eleitorais divulgadas no período pré-eleitoral. O PSB tentou impugnar uma pesquisa do Instituto Vox Brasil, divulgada em abril, mas não teve êxito. Os socialistas contam com o nome de Akira Auriani como pré-candidato a prefeito. O Podemos tentou o mesmo processo contra o Instituto Paraná Pesquisas, mas também não conseguiu impedir. A legenda tem o vereador Marcelo Akira, o Akira do Povo, como postulante ao Paço.

### **Santo André, São Bernardo e São Caetano**

As pesquisas eleitorais também demandaram ações na Justiça Eleitoral em Santo André. O PSD conseguiu impugnar um levantamento feito pela AR7 Pesquisas Inteligentes Ltda. Neste caso foram apontados problemas em aspectos da pesquisa como faixa etária e grau de instrução dos entrevistados. Há um recurso em avaliação na segunda instância.

O mesmo resultado ocorreu no pedido do diretório do PL andreense contra uma pesquisa feita pela empresa ASN Pesquisas Públicas Ltda. Divergências sobre os dados usados para os levantamentos dos entrevistados causou a impugnação do estudo. Recurso ainda está em avaliação.

O PSD de Santo André também entrou com ação por propaganda antecipada contra o vice-prefeito e pré-candidato ao comando do Paço, Luiz Zacarias (PL). A legenda considera que Zacarias antecipou a campanha ao divulgar outdoors pela cidade. Na primeira instância a liminar foi indeferida, o caso está em segunda instância.

A Federação PSDB/Cidadania, em Santo André, também entrou com uma representação contra Luis Fabiano Gagliato, por divulgação de vídeo em rede social com conteúdo que supostamente prejudicaria o prefeito Paulo Serra (PSDB) e favorecendo Luiz Zacarias (PL). Em primeira instância a ação foi negada, mas houve um novo recurso por parte dos partidos.

Em São Bernardo, a Federação PSDB/Cidadania também questionou uma pesquisa do Instituto Nova S.P. Pesquisas Consultoria Assessoria Jornalismo e Marketing Ltda / Sebram Pesquisas. Neste caso, até mesmo a grafia errada do deputado federal e pré-candidato a prefeito, Alex Manente (Cidadania), foi questionada. As liminares sobre tal situação foram cassadas ao longo do processo que segue em segunda instância.

Além disso, os pré-candidatos Flávia Morando (União Brasil) e Marcelo Lima (Podemos) entraram com liminares contra telefones que espalharam notícias falsas

a partir de mensagens no WhatsApp.

Em São Caetano, Fabio Palacio (Podemos) e Tite Campanella (PL) trocaram representações por propaganda antecipada durante essa pré-campanha, além dos questionamentos sobre envio de mensagens pelo WhatsApp contra alguns pré-candidatos.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3462235/guerra-judicial-abc/>

**Veículo:** Online -> Site -> Site Repórter Diário

**Seção:** Política